

Século - 4-10-75

A Intersindical e a semana inglesa no comércio

Através de um comunicado, a União dos Sindicatos do Porto e a Intersindical, face à questão da semana inglesa para os trabalhadores do comércio, toma pública a seguinte posição:

Apoiar inteiramente a decisão dos trabalhadores do comércio de ser definitivamente consagrada uma regalia que constitui uma das mais importantes conquistas que os trabalhadores deste sector realizaram, e que por isso tem que ser decididamente preservada; comunicar às entidades administrativas competentes esta posição e alertar todos os trabalhadores do comércio para o facto de que só conseguirão preservar a semana inglesa se, tal como quando a conquistaram, mantiverem firme a sua unidade de classe, unidade que sectores mais reaccionários do patronato tentarão destruir, para o que contam com o apoio de sectores administrativos não saneados e ainda defensores de legalidades fascistas.

REVISTA (MAIS UMA VEZ)

A POSIÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PERANTE A INTERSINDICAL

D. POPULAR
8/10/1975

A hora a que o nosso jornal começa a circular está a decorrer, na Casa da Imprensa, uma Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas, destinada a definir a posição daquele organismo perante a Intersindical. Recordamos terem-se já efectuado anteriormente duas reuniões visando o mesmo objectivo, nas quais, porém, nada ficou decidido.

Entretanto, sobre esse assunto a Organização dos Jornalistas Comunistas (M. R. P. P.) distribuiu um comunicado, no qual, a abrir, considera que o impasse que actualmente se verifica, é consequência do desinteresse demonstrado pela maioria da classe, «provocado essencialmente por uma actuação incorrecta da direcção», e pela falta de esclarecimento em relação às propostas surgidas.

Depois de serem explanadas as quatro posições existentes sobre esta questão, afirma-se no comunicado:

«Para os comunistas não pode haver dúvidas quanto à necessidade que os trabalhadores têm de uma central sindical única.

Não pode haver dúvidas quanto à denúncia intransigente do «pluralismo» sindical, factor de divisionismo que a burguesia maneja para, mais facilmente, procurar impedir uma unidade que «sabe dirigida contra ela.»

E mais adiante:

«Por outro lado, para os comunistas, a Intersindical não é, de maneira nenhuma, a central sindical única que os trabalhadores aspiram; também não é, apenas, a correia de transmissão do partido social-fascista. A Intersindical é um apêndice do aparelho de estado burguês, uma cursal do Ministério do «Trabalho», criado e alimentado pelo social-fascismo para ser mais um instrumento do seu aparato repressivo. Não se trata de substituir um bando de traidores que tenha usurpado a direcção de um organismo re-

volucionário. A política de traição da Intersindical não é um somatório de erros e a sua falta de democraticidade, o seu carácter burocrático e antipopular não são consequência de, à sua frente, estarem social-fascistas, cuja substituição viria repor tudo na melhor das ordens. Todos estes aspectos são estruturais e derivam dessa característica da Intersindical como órgão do aparelho de Estado.»

Entre as razões invocadas para justificar a opinião de que os sindicatos democráticos devem manter-se na Intersindical afirma-se que «sair da Intersindical poderia dar cobertura a uma manobra divisionista e liquidacionista, que se traduziria na tentativa de criação de outra intersindical, de sinal contrário. Seria pactuar com os adeptos do «pluralismo». Seria recusar a força para escolher a guilhotina.»

E diz-se, em seguida:

«Julgamos, pois, que os sindicatos democráticos devem manter a sua representação na Intersindical, sem esconder que o carácter desta é o de um órgão do aparelho de estado burguês, de um apêndice e filial do Ministério do «Trabalho», logo, de uma estrutura repressiva, antidemocrática e antipopular, a qual não pode ser moralizada.

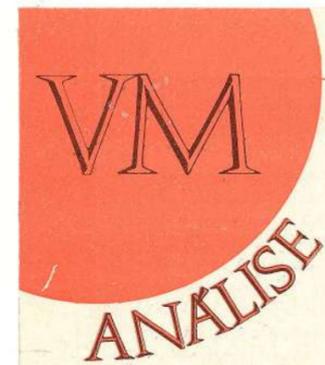
Julgamos que a manutenção dessa representação deve visar, no seio da Intersindical, a criação de uma oposição interna, actuante e revolucionária, que intransigentemente denuncie e se oponha à efectivação das medidas antipopulares que são a razão da sua existência.

Julgamos que a central sindical única que englobe e defenda todos os explorados e oprimidos e seja dirigida pela Classe Operária será criada pelos próprios trabalhadores que a ela aspiram, será forjada no calor da luta de classes e não por decreto da burguesia no poder.

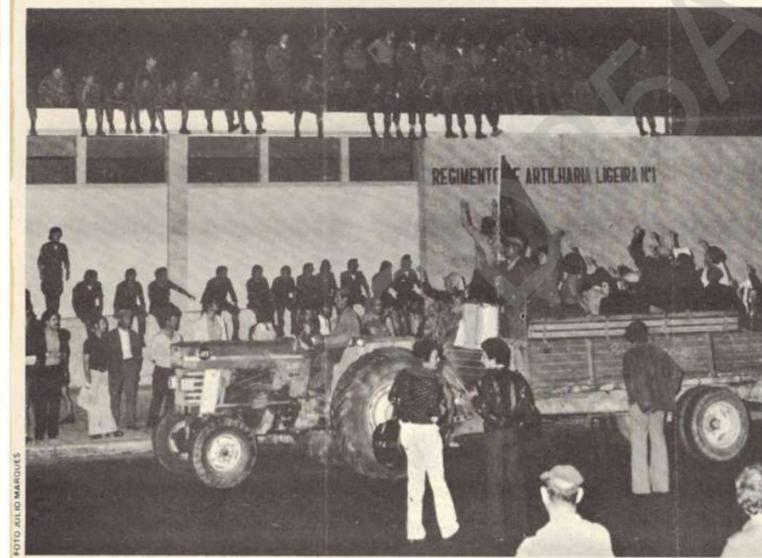
Que essa central venha ou não a chamar-se Intersindical pouco nos interessa. Sabemos, porém, que não será «esta» Intersindical, polícia do Ministério do «Trabalho» e veículo das calúnias que o partido social-fascista diariamente bolsa sobre as justas lutas da classe operária e do Povo.»

Sindicato de Trabalhadores na Imprensa

Realiza-se amanhã, às 19 horas, na sede do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, uma reunião do Conselho de Delegados, com a seguinte ordem de trabalhos: informações; eleições de um secretário provisório; possibilidade de alterar o dia da reunião semanal; possibilidade de reestruturar e dinamizar o Conselho de Delegados.



Depois da confraternização no Campo Pequeno, a manifestação de apoio aos militares do RALIS



Tractores vindos do Alentejo passam diante do RALIS

INTERSINDICAL: UMA VIRAGEM?

Comemorando o quinto aniversário, a Intersindical Nacional promoveu um comício-festa no Campo Pequeno, o qual fica a assinalar uma viragem na orientação do actual Secretariado. A orientação até agora seguida — cupulista, pouco reivindicativa e partidariamente identificada com o PCP — tem sido muito criticada e é repelida pelas direcções eleitas de grande número de sindicatos, especialmente no sector dos serviços. A oposição destes sindicatos (ou melhor, dos novos corpos gerentes, visto que as assembleias ainda não se pronunciaram) pode, a curto prazo, pressionar a destituição das actuais cúpulas intersindicalistas ou proporcionar a criação de uma frente sindical, que, no fundo, funcionaria como outra central. Mas a força desse movimento de oposição dependerá muito dos resultados das eleições a realizar nos sindicatos operários, especialmente os da indústria metalúrgica e metalomecânica. Seja como for, o Secretariado da Inter percebeu que perde apoios, e, daí, o seu apelo aos trabalhadores rurais e camponeses do Ribatejo e Alentejo para que participassem no comício e o anúncio público de que a Inter se propõe “organizar, esclarecer e estreitar, sempre e cada vez mais, a unidade entre todas as organizações populares de massas, incluindo soldados e marinheiros”.

O Secretariado da Intersindical Nacional, tendo perfeita consciência de que perdeu os apoios mais importantes no sector dos serviços (Escritórios, Bancários e Trabalhadores do Comércio, nomeadamente), pretendeu fazer uma demonstração de força no dia do seu quinto aniversário, o que de certo modo conseguiu, ao mesmo tempo que aproveitava a efeméride e a ocasião oportuna para anunciar publicamente uma mudança de orientação, a qual se vinha já sentindo desde a destituição de Vasco Gonçalves.

Para conseguir o primeiro objectivo, a Inter procurou mobilizar os sectores que lhe são mais afectos: operários da cintura industrial de Lisboa e trabalhadores rurais e camponeses do Ribatejo e Alentejo. Em relação a estes últimos, a mobilização conseguida foi extraordinária e aparatosa (recorde-se a deslocação em tractores com atrelados, camionetas de carga e britadeiras), mercê da intensa actividade desenvolvida pelos respectivos sindicatos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal.

Por outro lado, o segundo objectivo — mudança de orientação — tornou-se bem visível quando, perante vários milhares de trabalhadores, que enchiam quase por completo o Campo Pequeno, um membro do Secretariado preconizou diversas medidas para combater a reacção e avançar rumo ao socialismo, tais como a expulsão do PPD do Governo e o seu alargamento a forças revolucionárias civis e militares, saneamento do aparelho de Estado e militar, estabelecimento de uma autoridade verdadeiramente revolucionária, controlo operário e avanço da reforma agrária, planificação da economia, criação de um sistema de rrevidência e saúde ao serviço das massas populares, democratização do ensino e cultura e colocação dos meios de comunicação social ao serviço do processo revolucionário.

Todavia, o mesmo dirigente frisou bem que aquelas medidas só podem ser postas em prática desde que os trabalhadores se organizem nos seus sindicatos e nas organizações populares (aqui reside a tal mudança de orientação). Deste modo, a Inter propôs claramente:

Os trabalhadores organizados nos seus sindicatos e nas organizações

populares desenvolvem amplas campanhas de esclarecimento no sentido de minar o confucionismo, arma da reacção;

Estreitamento da aliança entre a organização sindical e as organizações populares (comissões de trabalhadores, comissões de moradores e outras);

Estreitamento da aliança dos trabalhadores com os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas;

Defesa e reforço da unidade das massas trabalhadoras;

Desenvolvimento da organização

dos trabalhadores, a nível das organizações populares, nomeadamente comissões de trabalhadores e comissões de moradores;

Reforço da unidade da classe operária e outros trabalhadores e fortalecimento da sua aliança com o campesinato.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A Intersindical nasceu em 1 de Outubro de 1970 numa reunião a que estiveram presentes dirigentes dos

Sindicatos dos Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Bancários e Propaganda Médica. Pouco depois, numa segunda reunião, compareceram representantes de 22 sindicatos, o que permitiu desde logo melhor articulação da luta contra o fascismo e o capitalismo.

Correspondendo aos anseios das massas trabalhadoras, que bem sentiam a necessidade de uma organização sindical unitária e independente que coordenasse e desenvolvesse as suas lutas, a Intersindical teve desde logo grande apoio dos trabalhadores, o que permitiu importante dinamização do movimento sindical.

Mas o regime de Caetano, passada uma primeira fase de tolerância, caiu sobre a Inter com todo o peso do seu aparelho repressivo: dirigentes sindicais foram presos e algumas direcções dos mais importantes sindicatos, democraticamente eleitas pelos trabalhadores, viram-se destituídas após farsas judiciais e substituídas por comissões administrativas da confiança do Governo.

Apesar de toda a repressão, a Intersindical não morreu. Passou à clandestinidade e, embora com menor força e raio de acção, continuou a desenvolver a luta contra o fascismo e por melhores condições de vida e de trabalho. As reuniões, realizadas normalmente fora de Lisboa, eram convocadas por mensagens em código entregues em mão.

Só depois do 25 de Abril a Intersindical voltou à luz do dia e já em Maio deste ano adquiriu personalidade jurídica e foi reconhecida como a central única dos trabalhadores portugueses. Estas decisões do legislador português (Conselho da Revolução) foram precedidas de grande polémica sobre a **unicidade sindical**, desencadeada e alimentada, sobretudo, pelo PS.

Entretanto, no período que vai de 25 de Abril de 74 até agora (mais precisamente, saída de Vasco Gonçalves), a Inter tem-se caracterizado por uma política colaboracionista, o que a levou a condenar muitas lutas de trabalhadores, considerando que estes faziam “objectivamente o jogo da reacção”, e, enquanto desfaldava a bandeira da batalha da produção, preocupava-se muito pouco com o aumento crescente do exército de desempregados.

Por outro lado, os secretariados da



Inter tiveram sempre um certo pendor para o cupulismo, tomando decisões e atitudes sem prévia consulta às massas trabalhadoras, o que, se era compreensível no tempo da clandestinidade, hoje não se admite. O exemplo mais recente verificou-se com o Congresso dos Sindicatos, no qual foram aprovados os Estatutos (sem que os trabalhadores interessados os tenham discutido) e eleito o actual Secretariado.

Finalmente, as cúpulas intersindicalistas tenderam até ao momento a combater as lutas e os movimentos autónomos de trabalhadores, que necessariamente escapavam ao seu domínio. Deste modo, os sindicatos interessados e a Inter hostilizaram quase sempre as comissões de trabalhadores e envidaram todos os esforços para substituí-las ou confundi-las com as comissões sindicais e intersindicalistas de empresa. Lamentavelmente esta orientação prevaleceu também no Ministério do Trabalho, levando o legislador a esquecer as comissões de trabalhadores na maior parte das leis.

OS SERVIÇOS CONTRA A INTER

Entretanto, a Inter, devido à orientação acima descrita em linhas gerais e a outros factores que adiante alinharemos, veio progressivamente a perder terreno e força. E, assim, a greve simbólica de meia hora, com intuíto nitidamente políticos, foi até certo ponto um fracasso, pois, convocada inicialmente a âmbito nacional, acabou por ser reduzida à cintura industrial de Lisboa.

Por outro lado, nas eleições sindicais que se têm realizado, por força da respectiva lei, ao longo dos últimos meses, a linha afecta às cúpulas da Inter (partidariamente identificada com PCP-MDP/CDE) tem sido batida em quase todas as frentes. Assim, e

especialmente no sector dos serviços, a Inter perdeu o controlo dos sindicatos mais importantes, entre os quais citamos os Bancários, Escritórios e Trabalhadores do Comércio.

Esta derrota corresponde à ascensão de uma tendência que passa pela aliança PS-MRPP e, mais recentemente, pela PS-PPD (é o caso dos CTT e, até certo ponto, dos Trabalhadores do Comércio). Há, portanto, a nível sindical, a mesma recessão que se verifica a nível político-militar, embora naquela se revista de coloração diferente, especialmente devido à presença do MRPP, que, aliás, pretende controlar sozinho os sindicatos onde partilha lugares com o PS.

A explicação para tal recessão a nível sindical é bastante complexa. Além dos factores já apontados, e que no fundo consideramos os mais importantes, por constituírem graves erros de actuação, poderemos acrescentar: a onda de anticomunismo que tem varrido o Norte e o Centro do País, a qual terá levado muitos Trabalhadores a não votarem em listas identificadas em certa imprensa e na campanha eleitoral como afectas ao PCP e à Intersindical; a classe — pequena burguesia — a que pertence a maior parte dos trabalhadores filiados nos sindicatos do sector dos serviços; e ainda o peso eleitoral e de propaganda do PS.

Quanto às consequências desta viragem, parece-nos que é possível prever a sua verificação em dois campos: um, no interior dos sindicatos, cujas direcções não são afectas à Inter e outro a nível da própria Inter, como central única dos trabalhadores portugueses.

No primeiro caso, é de esperar, antes de mais, que as direcções enveredem por um caminho mais reivindicativo (o que também acontece com as direcções afectas à Inter), dando cumprimento ao que prometem nos programas eleitorais. O recrudescimento do espírito reivindicativo pode, entretanto, levar à ruptura definitiva (as primeiras quebras começaram já a verificar-se) entre os elementos do PS e do MRPP, já que aquele partido aposta decisivamente na estabilização proposta pelo VI Governo.

Além disso, e ainda a nível interno dos sindicatos, é bem possível uma intensa luta entre as diversas tendências nas assembleias e, sobretudo, nas reuniões de delegados. Aliás, é de prever que no sector dos serviços a tendência derrotada (PCP-Inter) tente a todo o custo manter ou ganhar posição entre os delegados, por forma a contrabalançar a perda de posição nas cúpulas sindicais. Paralelamente, deverão verificar-se, com maior insistência, tentativas para controlar as comissões de trabalhadores.

Quanto à Inter, as consequências das derrotas sofridas pelas listas que lhe eram afectas podem conduzir, a curto prazo, à destituição do actual Secretariado e provocar alterações profundas na sua orientação, muito embora, realisticamente, a central tente recuperar algum tempo perdido.

Todavia, é ainda cedo para tirar conclusões. E isto por diversos motivos. Antes de mais, está por decidir — e serão os trabalhadores a decidi-lo nas respectivas assembleias sindicais — se o combate à orientação e eSecretariado da Inter se fará “fora” ou “dentro” dela. Se muitos sindicatos se pronunciarem pela primeira hipótese, então, é bem possível que surja uma nova central cujo embrião poderá já estar no recém-criado Secretariado de Luta dos Sindicatos, não obstante este ter sido constituído visando fins específicos — “oposição organizada e coesa dos trabalhadores à actual ofensiva fascista e contra-ofensiva social-fascista”. De resto, a Constituinte, ao recusar a consagração da unicidade sindical veio dar força e possibilitar (mesmo legalmente) num futuro próximo o aparecimento de uma ou mais centrais.

Assim, se a maioria dos trabalhadores portugueses não estiver consciente de que importa preservar a sua unidade e coesão na luta contra o capitalismo — mantendo a sua central única, mas eliminando os erros de orientação e os vícios de funcionamento — e se deixar arrastar pelas manobras partidárias, em breve poderemos ter, numa definição simplista, uma central operária e outra de serviços.

ACUSAÇÕES DA INTERSINDICAL AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A Intersindical acaba de distribuir um comunicado, onde afirma nomeadamente:

«Face à nota emitida pelo Ministério do Trabalho no passado dia 10 de Outubro, o secretariado da Intersindical Nacional, chama a atenção do ministro do Trabalho e do seu secretário de Estado que estão a ir longe de mais nas suas pretensões de destruir a unidade dos trabalhadores e confundir a opinião pública. O secretariado da Intersindical Nacional não permitirá que em nome de uma autoridade tão contestada pelas massas trabalhadoras se pretenda interferir na vida sindical. Atitude que classificamos de claro desrespeito pela independência do movimento sindical unitário. Estranhámos que os responsáveis do Ministério do Trabalho tão preocupados com a «ordem» e «autoridade» se não lembrem que a Lei das Associações Sindicais não deixa ambiguidades quanto à ingerência na organização dos trabalhadores de organismos que lhe são estranhos. O secretário de Estado do Trabalho deve ter bem presente que um dos seus ataques preferidos à «unicidade sindical» era (e é) afirmar que assim a Intersindical ficaria na dependência do Estado, o que seria contrário ao princípio da independência do movimento sindical. Afinal, vem agora o sr. Marcelo Curto procurar, através de processos que fazem lembrar os tempos fascistas, ditar leis à vida sindical, pondo em prática o que certamente muito bem aprendeu com os seus comparsas da social-democracia.»

E mais adiante:

«Quanto à conversa das «maiorias» e das «minorias» ela não é nova. É a mesma que tem dado cobertura ao saneamento à esquerda a nível civil e militar, aos atentados às unidades militares progressistas, à violência contra as organizações progressistas e contra a organização sindical, ao atear de incêndios nas florestas, à agressão física de revolucionários, etc. É a mesma que ultimamente tem sido para a recondução de elementos reconhecidamente fascistas, em lugares que

são de maior importância para a salvaguarda das conquistas alcançadas e o avanço da revolução.

O próprio Spínola utilizou a linguagem das «maiorias» e «minorias» para a sua intenciona de 28 de Setembro. Foi, aliás, com esta linguagem que se tornou uma imagem querida para os fascistas e enganou muito o nosso povo. Mas o 28 de Setembro foi em 1974, e neste momento a classe operária e de um modo geral todas as camadas da população antimonopolista e antilatifundista não se deixarão mais enganar com demagogias tipicamente para consumo da burguesia exploradora.

As intenções tanto do ministro do Trabalho como do seu secretário de Estado eles próprios se vão encarregando de as denunciar ao pretenderem enfraquecer a luta da classe operária para melhor servir os interesses do patronato. Contudo lembramos que foram os trabalhadores que, respondendo maciçamente à palavra de ordem da Intersindical Nacional, transformaram o ex-Ministério das Corporações num Ministério do Trabalho autenticamente ao serviço das classes exploradas e não permitirão que esta conquista lhes seja retirada. O secretariado da Intersindical Nacional, manifesta as suas apreensões sobre as verdadeiras intenções do recém-formado Gabinete de apoio à vida sindical e pergunta: — Não será este «gabinete» uma mera transposição do «centro de estudos para a reestruturação e formação de novos sindicatos» do pluralista Marcelo Curto? O secretariado da Intersindical Nacional exige que seja dada uma explicação às massas trabalhadoras sobre as reais funções do Gabinete de apoio à vida sindical e desde já tomará as devidas providências para a denúncia e o combate a todas as tentativas de ingerência no movimento sindical.»

17 OUT. 1974

MOÇÃO DA INTERSINDICAL

Contra o partidarismo no seio dos sindicatos

Considerando que a existência de um movimento sindical representativo exige o respeito pelos princípios democráticos e a consagração da independência e autonomia dos sindicatos relativamente ao Estado, aos partidos e ao patronato, a Intersindical Nacional, reunida em plenário na sede do Sindicato dos Ferrovários do Norte e na presença de 100 sindicatos, aprovou uma moção em que repudia todas as tomadas de posição de organizações políticas ou outras, que invocando princípios de pretensa liberdade sindical, proponham medidas legislativas ou fomentem iniciativas de trabalhadores que conduzam à criação de estruturas ou organismos sindicais que quebrem o carácter unitário da organização sindical, considerando tais iniciativas demagógicas e oportunistas.

Depois de tecer vários considerandos, nomeadamente referentes à longa tradição de unidade que tem caracterizado o Movimento Sindical Português independente e de que a sua unidade constitui um dos ele-

mentos fundamentais do desenvolvimento do processo democrático em Portugal, a moção faz as seguintes propostas: que seja defendido junto do Governo a consagração legal do princípio da unidade sindical; que seja defendida a consagração da plena independência e autonomia das organizações sindicais; que seja reclamada a consagração na lei de princípios capazes de assegurar o funcionamento democrático dos sindicatos; que seja defendida a consagração legal das normas que protejam na sua acção sindical os delegados e dirigentes; que se reclame a consagração do direito de acção sindical na empresa; que se reclame a proibição e se legisle a nulidade de qualquer acordo que limite a liberdade sindical dos trabalhadores.

A moção considera ainda como indiscutivelmente contrários aos interesses dos trabalhadores, todas as tentativas de desmembramento da organização sindical, com intuito manifesto da criação de sindicatos por opção política partidária.

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

DENUNCIA ENTRAVES DA BANCA

Em reunião geral de Sindicatos realizada na União dos Sindicatos do Porto, foi analisado e aprovado um documento sobre assuntos que se prendem com as dificuldades postas pelo ministro das Finanças à passagem de credenciais às comissões de trabalhadores, para conseguirem junto da Banca o financiamento necessário à aquisição de matérias-primas e ao pagamento de salários, a recusa de crédito aos trabalhadores que se tem vindo a acentuar progressivamente nestas últimas semanas, e a recusa de apoio às lutas dos trabalhadores, actualmente praticado pelo comando da R. M. N.

Assim, a U. S. P. aponta, no documento aprovado alguns exemplos concretos, como o descongelamento de contas de sabotadores económicos, ordenado pelo brigadeiro Veloso. O documento, afirma, a propósito: «Conhecemos actualmente a existência de largas dezenas de contas mandadas descongelar por ordem do brigadeiro Veloso. Como argumento para esta atitude do Q. G. (ofício n.º 176 Proc.º 20307 de 30 de Setembro — 5.ª Repartição), entende o comando da Região Militar do Norte...que já houve

tempo suficiente para que o processo corra os seus trâmites no tribunal...».

O comunicado continua: «Mas, por outro lado, também é certo que os trabalhadores têm recebido a mais frontal recusa de colaboração do brigadeiro Pires Veloso, na solução dos seus problemas. Em ambos os casos, sob pretexto de que tais assuntos não são da competência das entidades militares. Ou seja: porque não se quer meter em problemas, o sr. brigadeiro Pires Veloso recusa-se a apoiar os trabalhadores, alegando que os seus problemas não pertencem ao seu foro. É claro para os trabalhadores que, atendendo às evasivas do sr. brigadeiro, o descongelamento das contas bancárias de patrões reaccionários não pertence do mesmo modo, ao foro militar do sr. brigadeiro. Ao fazê-lo, no entanto, o sr. brigadeiro coloca-se clara e objectivamente ao lado de todo o patronato reaccionário.»

No mês corrente, no Banco Pinto e Sotto Maior — adianta o documento — os delegados sindicais e a comissão administrativa puseram entaves a um empréstimo de 300 contos, solicitado pela firma Socieda-

de de Papelaria, Lda., destinado a direitos vencidos pelos trabalhadores, apesar destes assegurarem um destino correcto através do controlo operativo. Quanto ao reparo feito sobre a diferença de actuação, em relação a casos idênticos passados há meses atrás, receberam como resposta evasivas e reticências. E o resultado é que, até ao momento, o empréstimo tão necessário e urgente, não se concretizou.

Os trabalhadores das Condições Arlequim, actualmente uma cooperativa, encontram dificuldades para a concessão de um crédito de 400 contos pedida aos Bancos Borges e Irmão e Português do Atlântico, numa tentativa de defenderem os seus postos de trabalho e o pão para os seus filhos.

De facto — sublinha o documento — a Banca não esteve ainda totalmente ao serviço dos trabalhadores. Não só porque nunca foi possível criar novos critérios de crédito decisivamente virados para os interesses das classes mais desfavorecidas, mas também porque as estruturas bancárias, tal como ainda existem, estão montadas segundo um esquema capitalista.

Daí, «a necessidade da ur-

gente reestruturação da Banca em moldes tais que, após ter obtido a aceitação geral, através de amplos debates, nos quais os trabalhadores possam amplamente manifestar a sua opinião, possa servir como suporte fundamental de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.»

Proseguindo, o documento, afirma: «Dado o actual contexto político, o patronato sente-se mais protegido para poder retirar mais facilmente dos Bancos quantias que, posteriormente, utiliza para fins pessoais que nada têm a ver com o desenvolvimento das empresas e que, pelo contrário, servem para financiar as mais diferentes acções contrarrevolucionárias. No que se refere à actuação da Banca, devemos salientar que certas comissões administrativas de Bancos puderam ajudar os trabalhadores a resolverem os respectivos problemas.»

Nesta reunião geral de Sindicatos, realizada no dia 17, foi ainda aprovada uma proposta onde se regista com apreensão as posições direitistas cada vez mais acentuadas em alguns Ministérios do actual Governo, especialmente os do Trabalho e Finanças, e se repudia «veementemente qualquer responsabilidade que forças contrarrevolucionárias pretendem imputar aos trabalhadores no propagandeado «caos económico». Exige-se um «inquérito urgente à actividade governamental destes responsáveis com o fim de esclarecer se o agravamento da crise económico-financeira herdada do fascismo, é fruto de inadmissível incompetência ou de criminosas acções contrarrevolucionárias a imporem exemplar punição»; reafirma-se «a firme determinação dos trabalhadores de porem toda a sua capacidade de trabalho ao serviço da Revolução rumo ao socialismo.»

Finalmente, a proposta saudou todos os militares progressistas e alerta todos os trabalhadores para a presente crise político-militar, provocada pela reacção, e exorta-os à vigilância e resistência contra os sabotadores do processo revolucionário em curso.

TRABALHO

O GABINETE DE APOIO À VIDA SINDICAL SEGUNDO O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Do Ministério do Trabalho, recebemos o seguinte comunicado com esclarecimentos relativos às funções do Gabinete de Apoio à Vida Sindical:

1. Na sequência de comunicação anterior e para esclarecer dúvidas entretanto surgidas, informa-se os trabalhadores portugueses, os seus sindicatos e organizações intersindicalistas que o Gabinete de Apoio à Vida Sindical é um órgão do Gabinete do ministro do Trabalho destinado a promover relações de cooperação entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos, numa base de independência e isenção partidária recíprocas.

2. O objectivo primordial do VI Governo Provisório é combater a grave crise económica e política com que o País se debate, afastando os perigos que ameaçam a democracia e a independência nacional. Para isso, ele foi constituído de forma a contar com o apoio, ainda que crítico, de todas as forças realmente interessadas na política de salvação nacional que a situação do País, objectivamente exige.

Apesar de tudo os problemas a resolver são muitos e de difícil solução. Não é, de um dia para o outro que as pequenas e médias empresas adquirem confiança no processo em curso. Não é de um dia para o outro, que poderão satisfazer-se as justas reivindicações das massas trabalhadoras. Não é de um dia para o outro que se consegue o esclarecimento de todo o Povo Português, nomeadamente no que diz respeito à extrema gravidade da situação económico-financeira do País.

Aliás, o agravamento da crise económica, em particular nos últimos meses e naqueles que se avizinham, deixa mesmo anevar um multiplicar de obstáculos e de dificuldades de entendimento entre determinadas forças políticas que deveriam cooperar na sua superação. É isto que se pretende evitar que suceda entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos. Impõe-se, portanto um esforço especial para criar e reforçar entre eles, um clima de transparência de processos, clareza de objectivos, firmeza de posições.

3. Foi, dentro desta ordem de ideias, que se decidiu criar o Gabinete de Apoio à Vida Sindical. As funções que lhe foram atribuídas resumem-se no seguinte:

— Recolher e sistematizar informações sobre a actividade sindical; diligenciar junto de outros órgãos do Ministério para que se vençam possíveis obstáculos de ordem burocrática no tratamento dos problemas apresentados pelos sindicatos; promover consultas regulares com os sindicatos, numa base oficial ou oficiosa, a respeito das medidas de política em preparação no Ministério; elaborar pareceres sobre questões sindicais; pôr à disposição dos sindicatos informações científicas e técnicas, legislação do trabalho, relatórios de conjuntura, etc.; em geral, fomentar um clima de boas relações entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos.

4. Das funções acima expostas, merece especial relevo a que se refere às consultas regulares do Gabinete de Apoio com os sindicatos.

Pretende-se satisfazer, dentro do possível, uma reivindicação há muito apresentada pelos sindicatos, após o 25 de Abril. Estes têm protestado pelo facto de, por vezes, não serem ouvidos, aquando da elaboração das leis do trabalho ou outras decisões políticas importantes.

A partir de agora, pretende-se instituir (com a colaboração

do Gabinete de Comunicação Social deste Ministério) um sistema experimental de consultas com os sindicatos, o qual poderá abranger desde a simples divulgação dos projectos legais com prazo para apresentação de críticas, até à realização de reuniões de informação e esclarecimento, à promoção de debates públicos nos órgãos de comunicação social, etc. Tudo dependerá da natureza das medidas a tomar e das possibilidades em tempo existentes na altura.

5. Naturalmente que a realização prática destas tarefas será marcada pelo conceito de independência e isenção partidária que resulta do programa do VI Governo Provisório. Este programa é claro, os seus objectivos são concretos e delimitados no tempo, os seus amigos e inimigos são mais ou menos conhecidos.

No plano das relações entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos, o G. A. V. S. procurará eliminar barreiras, desfazer ilusões e esclarecer mal-entendidos, de modo a que seja reforçada a unidade de acção do Ministério com todas as forças que apoiam, mesmo criticamente, o programa do VI Governo Provisório, independentemente das suas colorações partidárias. A sua actividade não visa a ingerência em terrenos alheios, nem a transformação dos amigos críticos em inimigos declarados. Pelo contrário, o que se pretende é clarificar ao máximo as situações e trabalhar para unir o maior número de forças que, na realidade, seja possível unir.

Neste sentido, a composição do G. A. V. S. tem em conta o adequado pluralismo político que é necessário ao desempenho das suas funções.

6. Desde já se anuncia que o Gabinete de Apoio à Vida Sindical está à disposição da Intersindical e de todos os sindicatos sem excepção, procurando ser útil em tudo o que couber no âmbito das suas atribuições.

União dos Sindicatos de Aveiro — Intersindical, o seguinte comunicado:

«Os sindicatos presentes na reunião de 18 de Outubro na sede da União dos Sindicatos de Aveiro — Intersindical com elementos do secretariado da Intersindical Nacional, para análise dos problemas com que o movimento sindical se debate actualmente, face às manobras divisionistas que com uma frequência alarmante se vêm processando sistematicamente de há tempos a esta parte e que poderão, a curto prazo, pôr em perigo todas as conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974, entendem:

«1 — Que devem ser imediatamente publicadas todas as portarias acordadas na vigência do V Governo, e que mais não são que conquistas reais e efectivas da classe trabalhadora. O seu não imediato sancionamento só poderá ser interpretado pelos trabalhadores como uma manobra lesiva dos seus interesses e portanto passível duma tomada de posição dura e inflexível, por parte destes.

«2 — Manifestar o seu repúdio a todo o tipo de acções que reflectam divisão da classe trabalhadora, entendendo como tal, a manobra que se vislumbra, na política do actual Ministério do Trabalho em criar um organismo de apoio à vida sindical que mais não é do que uma tentativa de ingerência descarada no movimento sindical unitário português. Os trabalhadores já demonstraram que não permitirão qualquer ataque à sua mais querida vitória, a unicidade sindical.

«3 — Manifestar o seu total e franco apoio à Reforma Agrária e declarar que porão ao alcance de todos os trabalhadores do campo a sua força organizativa, desencadeando, se necessário, todas as lutas no sentido de não permitir qualquer recuo na sua prossecução.

«4 — Apelar para a unidade de toda a classe operária e todo o campesinato — aliança histórica — no sentido de ser constituída uma muralha onde a reacção, o fascismo e todos os seus dilectos filhos quebrem definitivamente os dentes.»

Subscvem este comunicado os Sindicatos dos Chapeleiros, Metalúrgicos, Tapeteiros, Artes Gráficas, Manufactores de Papel, Minciros e Cerâmicos.

Bicénio Popular
22-10-75

SINDICATOS DE AVEIRO CONTRA A «INGERÊNCIA DESCARADA» NO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO

AVEIRO, 22 — Com pedido de publicação recebemos da

Intersindical:

A previdência que nós (ainda) temos

Na sede da Intersindical Nacional realizou-se ontem uma conferência de Imprensa em que participaram dirigentes da Comissão Executiva do Conselho Coordenador da Previdência e da própria Intersindical.

A actual situação da Previdência foi abordada sob diversos ângulos: a Previdência durante o regime fascista; o que tem sido a Previdência, depois do 25 de Abril; as causas, consequências e perspectivas para a resolução da actual situação financeira; os problemas internos das Caixas de Previdência; e, por último, a posição da Intersindical sobre a política de Segurança Social. Uma exposição tão completa quanto possível foi feita para dar uma panorâmica sobre a "empresa capitalista e lucrativa" que foi a Previdência no fascismo. Só assim se podem explicar os 19 milhões de contos de "lucros" acumulados desde 1963 até 1973, "resultados conseguidos à custa de fortes descontos sobre os salários dos trabalhadores que, em contrapartida, recebiam reformas miseráveis e uma assistência médica péssima, sendo necessário, em muitos casos, estar seis meses à espera de uma consulta ou de uma radiografia". E foi dito também que neste

momento o défice previsível para o ano corrente deverá atingir os quatro milhões e meio de contos, pois que as contribuições patronais em muitos casos não foram entregues porque a maior parte dos grandes capitalistas fugiu do país, levando consigo todo o dinheiro que pôde roubar, e também porque o próprio Estado deve à Previdência qualquer coisa como 14 milhões de contos, investidos na compra de obrigações do Tesouro a um juro irrisório de 4,5 %.

A principal atitude a adoptar para se resolver a grave crise que também se verifica neste sector deverá orientar-se em dois sentidos: por um lado, resolver o Estado, imediatamente, o problema da falta de dinheiro — já foi solicitada ao Governo a imediata devolução de 500 000 contos e a abertura de um crédito de mais três milhões de contos, por conta dos títulos do Tesouro — e por outro, substituir a Previdência por um sistema de Segurança Social controlado pelos trabalhadores e que satisfaça todas as necessidades verificadas pelo povo nesse campo de tão grande importância.

Outro dos pontos quentes da exposição foi o horário recentemente adoptado, nas costas dos beneficiários, que são o povo, para

o funcionamento de alguns postos médicos que passaram a encerrar aos sábados. Não existem dúvidas para a Intersindical que se trata de manobra, dos próprios profissionais, que desejam, em boa parte, "que se mantenha a medicina dita livre, com os dinheiros dos trabalhadores e com os resultados que estão à vista para a saúde do povo português".

Abordaram-se ainda os casos concretos da Previdência para os retornados das ex-colónias, focando-se em especial o acordo firmado com o IARN, a questão da Previdência Rural, com a correspondente discriminação que ainda subsiste, o burocracismo que também continua, ainda, a vigorar em boa parte do aparelho da Previdência, as diversas diligências para a efectiva criação do Serviço Nacional de Saúde e suas interligações com o Serviço Hospitalar e outros.

No respeitante às formas de organização adoptadas após o 25 de Abril, foi focada a institucionalização das Comissões Administrativas com a participação dos trabalhadores e ainda a institucionalização que se deseja rápida do Conselho Coordenador da Previdência.

OS TRABALHADORES NÃO

SENTEM

Diário Popular - 30.10.75

A CAMINHADA PARA O SOCIALISMO

— AFIRMAM DIRIGENTES SINDICAIS

Dirigentes dos sindicatos dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores da Construção Civil, dos Transportes da Construção Civil e do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa promoveram, ontem, um encontro com os representantes dos órgãos da Informação, a fim de marcarem as suas posições e tecerem considerações a algumas decisões do VI Governo, já que «se fala em socialismo mas as medidas concretas para que os trabalhadores sintam que é para o socialismo que se caminha não aparecem».

No texto base, apresentado na conferência de Imprensa de ontem, salientava-se a dado passo:

«Sr. Primeiro-Ministro, no discurso que fez na TV, afirmou que se impôs a si próprio uma

política aberta e participativa.

Nós estamos de acordo com esta intenção.

Uma política aberta e participativa exige que os trabalhadores participem, não só na sua execução mas, principalmente, na sua elaboração! E a que assistimos neste momento?

O VI Governo Provisório está a elaborar um plano de medidas económicas sem que tivessem sido pedidos ou dados oportunidade aos trabalhadores de participarem na sua discussão, o VI Governo está a fazê-lo nas costas dos trabalhadores!

O sr. Primeiro-Ministro também afirmou que «é necessário que o povo contribua com os sacrifícios e renúncias que se impõem para a solução dos problemas». Mas nós entendemos que, se se tiver de fazer sacri-

fícios, estes não podem ser pedidos apenas aos trabalhadores. Eles têm de ser exigidos também àqueles que nunca os fizeram!

Os poucos elementos vindos a público levam-nos a pensar que serão principalmente os trabalhadores a pagar o preço da crise económica.»

No seguimento do texto apresentado várias críticas foram formuladas pelos dirigentes sindicais. Assim, foi frisado que, «se as medidas não agradarem aos trabalhadores estes não as cumprirão, restando portanto ao Governo recorrer à repressão. Os trabalhadores estão dispostos a sacrifícios mas têm poucas esperanças que isso lhes traga benefícios».

Depois de aludirem aos projectados aumentos de transportes, de géneros essenciais e ao agravamento de impostos, aumentos que afectarão os trabalhadores já que a «burguesia tem diversas soluções», perguntaram os dirigentes sindicais: «Que tem sido pedido e imposto aos capitalistas?»

Ainda dentro do mesmo espírito afirmariam que «os trabalhadores não regateariam esforços e sacrifícios desde que os objectivos estejam de acordo com a sua vontade e visem acabar com a exploração do homem pelo homem.

Foi igualmente focada a «es-

calada dos saneamentos à esquerda e a reintegração e promoção de reaccionários», criticando-se o recente saneamento de três administradores do Banco de Portugal, que, no entender dos dirigentes sindicais, teve como um dos motivos principais a «necessidade de passar pelo Banco de Portugal a planificação dos acordos com a C. E. E.». Adiantariam, ainda, que «os trabalhadores sabem perfeitamente como é que o imperialismo pode ajudar a construir o socialismo». Acrescentaram que os três elementos saneados «manteriam o povo informado do decorrer das negociações».

Enquadrando-a na mesma linha de acção do VI Governo, os dirigentes sindicais condenaram a «chantagem e pressão» que vêm sendo exercidas sobre os órgãos da Informação que se têm colocado mais consequentemente ao serviço da Revolução».

Já a terminar o encontro, foi revelado que «o Ministério do Trabalho mandou retirar trinta convenções colectivas a publicar, o que faz pensar que voltarão a ser estudadas. Mas os trabalhadores já as negociaram. A entidade patronal é que pode estar interessada em novas negociações». Os dirigentes sindicais informaram não estarem na disposição de permitir «que o Ministério do Trabalho se transforme em Ministério das Corporações».

SINDICATOS DE ÉVORA:

O actual momento político exige o reforço do movimento sindical

A União dos Sindicatos do distrito de Évora (Intersindical), reunida em plenário na terça-feira, com elementos do secretariado nacional, na presença de representantes dos diversos sindicatos, analisou o momento político e sindical do País, bem como as perspectivas que se deparam aos trabalhadores na organização do movimento sindical unitário, concluindo pela necessidade do seu reforço.

Avançar na organização do movimento sindical em toda a sua estrutura, a nível de empresa, local, distrital e nacional; incentivar a cooperação entre as comissões sindicais e comissões de trabalhadores para a melhor defesa dos interesses das massas trabalhadoras; reestruturar a União dos Sindicatos de Évora, «em termos de organizar e servir a classe trabalhadora deste distrito»

foram as restantes conclusões do encontro.

Também a gestão da Previdência e a Reforma Agrária, foram objecto de análise crítica, realçando-se a necessidade de incentivar a discussão destes problemas nas organizações de poder popular.

Os dirigentes sindicais constataram a necessidade dos trabalhadores se organizarem nos seus locais de trabalho, com vista à discussão dos graves problemas que afectam a previdência social, defendendo a consolidação e o desenvolvimento do controlo desta por parte dos trabalhadores, através das suas organizações sin-

dicais. Exigiu-se, também, que as empresas em dívida para com a previdência paguem as respectivas contribuições, e que o Governo publique legislação sobre a previdência «que defenda verdadeiramente os interesses das classes trabalhadoras».

No que respeita à Reforma Agrária, os presentes decidiram:

«Que sejam postas ao serviço dos trabalhadores agrícolas as máquinas, cereais e adubos, para que se consiga levar por diante um aumento de produção agrícola;

«Exigir ao VI Governo Provisório que os quatro milhões de contos ainda não utilizados, dos cinco milhões destinados ao crédito de emergência, sejam postos de imediato ao serviço das novas unidades colectivas de produção agrícola, pequenos e médios agricultores;

«Que sejam punidos todos os grandes proprietários que, até à data, não tenham requisitado sementes e adubos com vista ao novo ano agrícola».

No final, apelou-se a todos os sindicatos, e a outras organizações populares, para que exijam do Governo o cumprimento das medidas expressas.

Participaram no encontro representações dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, da Construção Civil, dos Metalúrgicos, do Comércio e Serviços dos Rodoviários, e, ainda, delegações do Sindicato dos Bancários do Sul, Electricistas do Sul, e Gráficos do Sul.

Os trabalhadores não ficarão de braços cruzados ante a imposição de uma política de direita - afirmaram dirigentes sindicais

«O VI Governo Provisório está a elaborar um plano de medidas económicas de emergência, sem que tivesse pedido ou dado oportunidade aos trabalhadores de participarem na sua discussão. O VI Governo está a fazê-lo nas costas dos trabalhadores», afirmaram, ontem, dirigentes sindicais, no decorrer de um encontro que tiveram com os jornalistas, nas instalações da Intersindical Nacional.

Os dirigentes sindicais advertiram, por outro lado, que os trabalhadores não regateiam esforços e sacrifícios, como o têm provado desde o 25 de Abril, desde que a evolução política do processo seja conforme ao seu querer, desde que se caminhe para o fim da exploração do homem pelo homem, para o socialismo.

Destes modo, e porquanto não parece ser esta a direcção que o VI Governo Provisório está a imprimir na condução dos negócios públicos, os dirigentes sindicais chamam ainda a atenção para o facto de que os trabalhadores não ficarão de braços cruzados perante uma política de direita que lhes seja imposta e lutarão consequentemente até ao fim pela satisfação dos seus anseios.

O encontro com os órgãos de Informação foi promovido por dirigentes sindicais de Lisboa, nomeadamente por um membro da União dos Sindicatos, e por dirigentes dos sindicatos da construção civil, metalúrgicos e rodoviários, que se encontravam acompanhados por um consultor económico.

A iniciar a conferência, os dirigentes sindicais começaram por lembrar a alocação que o primeiro-ministro fez recentemente na Televisão e em que afirmou que se impôs a si próprio uma política aberta e participativa. «Nós estamos de acordo com esta intenção», afirmaram os dirigentes sindicais. «Uma política aberta e participativa exige que os trabalhadores participem, não só na sua execução, mas, principalmente, na sua elaboração», acrescentaram, para perguntar de seguida: «E a que assistimos neste momento?» A resposta, deram-na os próprios: «O VI Governo está a elaborar um plano de medidas económicas sem que tivesse pedido ou dado oportunidade aos trabalhadores de participarem na sua discussão. O VI Governo está a fazê-lo nas costas dos trabalhadores!»

Lembrando, ainda, que o primeiro-ministro afirmou também que é necessário que o povo contribua com os sacrifícios e renúncias que se impõem para a solução dos problemas, acrescentaram: «Mas nós entendemos que, se se tiver de fazer sacrifícios, estes não podem ser pedidos apenas aos trabalhadores. Eles têm de ser exigidos também aqueles que nunca os fizeram!»

Exigência ao Governo para divulgar as medidas económicas que pretende impor

Porém, sublinharam os dirigentes sindicais, que «os poucos elementos vindos a público levam-nos a pensar que serão principalmente os trabalhadores a pagar o preço da crise económica», para revelarem depois algumas das medidas antipopulares que o VI Governo pretende impor. Destas, destacamos as que se referem aos aumentos dos preços dos transportes (aumento que poderá atingir a ordem dos 50 por cento), da electricidade, do combustível, de alguns géneros de primeira necessidade, e dos impostos indirectos, que atingem principalmente as classes trabalhadoras. Outras medidas antipopulares e que chocam profundamente com os interesses dos trabalhadores são as que se referem ao congelamento da contratação colectiva, a ser decretado pelo Ministério do Trabalho, a revisão do Decreto-Lei 660/74 — «o que se poderá traduzir em dificultar novas intervenções do Estado nas empresas e facilitar o retorno de empresas recuperadas pelos trabalhadores aos capitalistas» — e a revisão do Decreto-Lei 222/75, «o que se poderá traduzir em levar à falência muitas das empresas com intervenção do Estado, ou mesmo nacionalizadas, aumentando o desemprego». Por último, os dirigentes sindicais manifestam a sua preocupação pelo facto de, ao que parece, o VI Governo se estar a preparar para pagar indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários, atitude desde sempre repudiada pelos trabalhadores.

Sobre as questões que os trabalhadores consideram essenciais para o avanço do processo revolucionário e a construção do socialismo em Portugal, nomeadamente o avanço e consolidação das nacionalizações, e luta eficaz contra a sabotagem económica, o «contrôle» operário da produção a todos os níveis, o «contrôle» dos sectores fundamentais do comércio externo e o avanço da Reforma Agrária, os dirigentes sindicais chamam a atenção para o facto de não terem vindo a público novos elementos nos últimos tempos, contrariamente à política «aberta e participativa» anunciada pelo primeiro-ministro.

«Ora, o primeiro-ministro afirmou ser necessário que «o povo conheça a verdade toda para que possa ele também assumir as responsabilidades que lhe cabem», fizeram notar. Por isso e para isso, os dirigentes sindicais exigem que o Governo divulgue as medidas económicas que pretende tomar, para que sejam amplamente discutidas pelos trabalhadores antes de entrarem em execução. Por outro lado, exigem também que sejam punidos severamente os sabotadores da economia, que sejam tomadas medidas que garantam aos trabalhadores o avanço para o socialismo, bem como sejam divulgadas as condições em que têm sido negociados os empréstimos externos, nomeadamente com a C. E. E., para que os trabalhadores saibam até que ponto a independência nacional está a ser hipotecada.

Os saneamentos à esquerda

Referindo-se à vaga de saneamentos à esquerda a que se tem assistido desde que entrou em funções o VI Governo, os dirigentes sindicais acusam os ministros de serem eles os primeiros a violar deliberadamente o compromisso assumido pelo Governo de não permitir «saneamentos selvagens ou por motivos partidários».

Neste sentido, manifestaram a sua grande preocupação pelo afastamento selectivo, cada vez mais, de elementos progressistas dos centros de decisão e não esconderam a sua desconfiança de que tal «manobra» esconda intenções bem mais graves. O saneamento — que o foi na prática, segundo consideram —, de três administradores do Banco de Portugal é para os trabalhadores um expediente que pretende abrir caminho para que

se mantenham os trabalhadores sem informação do que se passa com importantes assuntos que a todos dizem respeito, inclusivamente quanto aos acordos com a C. E. E., que, para entrarem em execução, devem passar previamente pelo banco central.

Estes três casos de saneamento, tanto como todos os outros a que se tem assistido, são para os dirigentes sindicais parte integrante da política «aberta e participativa» anunciada pelo VI Governo Provisório, a que os trabalhadores terão de responder com firmeza.

Depois de citar os saneamentos no Banco de Portugal, dos governadores civis, de outros altos funcionários dos ministérios e nos quartéis, os dirigentes sindicais afirmam que, «segundo tais exemplos, os patrões tentam sanear trabalhadores revolucionários, tendo-se já concretizado alguns deles».

Enquadrado na mesma campanha, disseram os dirigentes sindicais, «registra-se um feroz ataque aos órgãos de informação que se têm colocado mais consequentemente ao serviço da Revolução». Os casos de chantagem e pressão exercidos sobre «O Século» e o «Diário de Notícias», como na Rádio Renascença e do «Republica», foram então salientados, ao mesmo tempo que se considerava serem precisamente estes os órgãos de informação que mais se têm empenhado na defesa do processo revolucionário e do melhor modo têm acompanhado as lutas dos trabalhadores portugueses.

«Contrôle» operário e legislação revolucionária

«Os trabalhadores têm consciência de que não é apenas através de decretos que se caminha para o socialismo. Mas sabem bem que a passagem para o socialismo deve também passar por uma legislação revolucionária» — afirmaram os dirigentes sindicais ao começarem a abordar a questão da legislação e dos entraves que o VI Governo tem vindo a colocar no que respeita à publicação de diplomas legais, muitos dos quais bastante importantes.

Entre estes diplomas, contava-se o que institucionalizava o «contrôle» operário da produção que foi considerado como um dos decretos mais revolucionários feitos ao longo do processo iniciado em 25 de Abril. O facto de o VI Governo ter decidido enviar esse decreto para o Conselho da Revolução (ele havia já sido aprovado pelo V Governo) e de aquele órgão estar a acusar uma acentuada viragem à direita, é pois considerado pelos trabalhadores como uma tentativa evidente de boicote à sua aplicação.

A terminar, os dirigentes sindicais afirmaram que «o VI Governo Provisório tudo tem feito para

evitar que tais conquistas (as alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril) se tornem realidade. Mas isso não o consentimos».

Mais protestos contra medidas do Governo

Entretanto, também outros organismos representativos da vontade dos trabalhadores, com especial realce para os sindicatos, continuam a protestar contra medidas decididas recentemente pelo VI Governo Provisório e, particularmente, contra a actualização dos responsáveis pelas pastas do Trabalho, do Comércio Interno e da Administração Interna. Num amplo movimento de contestação, sindicatos dos mais representativos, quer pelo grande numero de filiados que contam quer pela sua tradição de luta ou pelo progressismo da classe, como seja o caso da Federação dos Metalúrgicos, insurgem-se contra factos que vêm preocupando os trabalhadores.

Metalúrgicos contra o ministro do Trabalho

Assim, no prosseguimento de um processo desencadeado, quando da greve dos trabalhadores metalúrgicos, estes vêm de novo, agora através das direcções sindicais, repudiar a atitude do ministro do Trabalho quanto a aquele caso, acusando de «ridícula, suja, reaccionária e contra-revolucionária» a «ameaça» do capitão Tomás Rosa de processar judicialmente a Federação dos Sindicatos.

Num comunicado distribuído recentemente, as direcções dos sindicatos metalúrgicos esclarecem de seguida, não as surpreender tal atitude, «por porvir de um ministro que já deu sobejas provas de reaccionarismo, desonestidade e incompetência».

No seu comunicado, as direcções afirmam, depois, que a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, «organização sindical ao serviço dos trabalhadores e da Revolução, também no tempo do fascismo foi ameaçada e alguns dos que aí trabalharam e trabalham perseguidos por governantes e organizações repressivas do antigo regime, pelo que estão preparados para enfrentar a nova investida da burguesia e seus lacaios». As direcções declaram ainda que não estão dispostas a permitir «que o Ministério do Trabalho se transforme em Ministério das Corporações, manobrado pelos senhores do capital que têm no actual ministro e seus directos colaboradores fiéis aliados e servidores», para terminarem reiterando a sua «total solidariedade com a posição assumida pelos dirigentes da Federação pelo que entendem dever também ser processados».

AUMENTAM OS PROTESTOS CONTRA A ACTUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

DIÁRIO DE LISBOA
31/10/1975

«Tem sido nos últimos tempos um crescendo de escalada reaccionária em todos os domínios, desde o político ao militar, passando pelo económico e social», lê-se num comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, em que é feita uma análise aos principais problemas do País, particularmente no que se refere à vida sindical e à actuação do Ministério do Trabalho, que «acusam de estar a prosseguir uma acção sabotadora».

«Inserido nesta campanha reaccionária, o patronato tem sentido terreno favorável para levantar a cabeça, tentando

destruir as conquistas revolucionárias», prossegue o comunicado, que chama a atenção para a «ofensiva concertada e generalizada» do patronato na recusa sistemática do cumprimento dos contratos colectivos e das portarias de regulamentação de trabalho.

«Esta manobra criminoso do patronato explorador tem tido uma cobertura oficial do Governo em geral e do Ministério do Trabalho em particular, que através das posições assumidas contra os trabalhadores, tem encorajado o patronato a prosseguir a sua acção sabotadora». E mais à frente: «No caso concreto do Ministério do

Trabalho, o seu comportamento é tanto mais grave porquanto tem enveredado pela ingerência na vida interna dos sindicatos e tomado atitudes manifestamente divisionistas virando trabalhadores contra trabalhadores».

«À BOA MANEIRA FASCISTA»

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio crítica, em seguida, a actuação do Ministério do Comércio Interno. Diz a certa altura: «Também no que se refere ao Comércio Interno, cuja pasta foi entregue a um ministro social-democrata, elemento do P. P. D. — partido contra-revolucionário e agente do imperialismo internacional — se verifica total inoperância, que se traduz pela ausência de medidas que garantam o controlo de distribuição pelos trabalhadores, ignorando totalmente o que neste campo os Governos anteriores projectaram e começaram, assim como falta de apoio e tomada de medidas com vista à reconversão do comércio». Refere ainda a Federação que «depois da tomada de posse do VI Governo, os trabalhadores são corridos à boa maneira fascista daquele Ministério quando ali se deslocaram para defenderem as suas posições e participarem na solução dos problemas que lhe dizem respeito e ao público em geral».

OS METALÚRGICOS NÃO PERDOAM

A criação no Ministério do Trabalho de um Gabinete de Apoio à Actividade Sindical, continua a levantar protestos violentos por parte das organizações sindicais e comissões de trabalhadores. Para além do repúdio dos trabalhadores de hotelaria, surge agora a tomada de posição dos metalúrgicos, através das direcções sindicais reunidas na Federação no passado dia 24.

«A criação de tal gabinete demonstra, uma vez mais, a vocação corporativista dos actuais responsáveis do Ministério do Trabalho e contraria o princípio fundamental da independência dos Sindicatos consignado na Lei das Associações Sindicais.» E conclui: «Os trabalhadores portugueses nada têm a aprender com os actuais responsáveis do Ministério do Trabalho.»

Também numa assembleia geral do Sindicato dos Pintores da Construção Naval e Ofícios Correlativos dos Distritos de Setúbal e Lisboa, reunidos em assembleia geral, aprovaram a seguinte moção: «Os associados do Sindicato protestam energicamente contra a atitude do Ministério do Trabalho pela criação do Gabinete de Apoio à Vida Sindical (G. A. V. S.), pois à boa maneira fascista de Tomás e Marcelo, o Governo tenta por todos os meios infiltrar-se nos assuntos da vida sindical, a fim de dividir para reinar».



Os delegados sindicais da indústria e comércio farmacêuticos reuniram ontem à noite, no Instituto Superior-Técnico, para debater o caso Sofomel, firma autogerida pelos trabalhadores, que se encontra em risco de ser retomada pelos patrões, por decisão do secretário de Estado do Trabalho. Os delegados e trabalhadores presentes decidiram enviar ao ministérios um documento de repúdio por aquela atitude, depois de terem ouvido a comissão de trabalhadores da Sofomel e a comissão instaladora do seu Sindicato

Século - 31-10-75

Os Sindicatos do Sul exigem o crédito de emergência

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora, Intersindical, reunida em plenário com elementos do Secretariado Nacional, com representações dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, Sindicato da Construção Civil, dos Metalúrgicos, do Comércio e Serviços e Rodoviários, delegações do Sindicato dos Bancários do Sul, Electricistas do Sul, Gráficos do Sul, depois de analisar o momento político sindical do País, assim como as perspectivas que se deparam aos trabalhadores na organização do movimento sindical, concluíram:

A necessidade de reforçar o movimento sindical unitário e aguçado; avançar na organização do movimento sindical em toda a sua estrutura a nível de empresa local, distrital e nacional; incentivar a cooperação entre as comissões sindicais e comissões de trabalhadores para melhor defesa dos interesses das massas trabalhadoras; reestruturar a União dos Sindicatos de Évora/Intersindical, em termos de organizar e servir a classe trabalhadora deste distrito.

Foi feita ainda a análise crítica relacionada com a gestão da Previdência e Reforma Agrária a partir da qual se chegaram a várias conclusões.